CEDI - PIB
DATA
COD

OUTRA FACE DA TRAGÉDIA: OS CAFUZOS

Pedro Martins(*)

A construção da Barragem Norte, pensada como parte da solução para o problema das inundações no Vale do Itajaí, já produziu muitas vítimas no decorrer da sua execução. Conforme se percebe a partir dos relatos de Muller[1], se já não bastassem os problemas inerentes a uma obra de engenharia desse gênero, como desapropriações, remoção de pessoas, alteração no cotidiano e outros elementos causadores de tensão e todo tipo de desgastes, a história da construção da Barragem Norte está repleta de atos de corrupção[2] e negligência, além de nenhuma ou muito pouca consideração pelo fator humano.[3] Até o momento não se ouviu falar dos benefícios produzidos pela Barragem de contenção, mas suas vítimas já podem ser contadas às centenas. Os Cafuzos, moradores do interior da Área Indígena, são algumas das muitas vítimas desse processo. Aqui tratarei de apresentar o grupo e levantar algumas das consequências da construção da Barragem Norte sobre a sua comunidade.

Referidos na literatura antropológica como "Caboclos"[4], só recentemente os Cafuzos tornaram-se alvos de atenção específica[5], devendo ser caracterizados como grupo étnico na medida em que representam um tipo de organização compatível com os critérios definidos por Barth.[6]

Os Cafuzos são remanescentes da Guerra do Contestado

*Aluno do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

(1912-1916) e a genealogia do grupo aponta para um fato importante: os seus membros são descendentes do casamento de Jesuíno Dias de Oliveira (negro) e Antônia Lotéria (índia). Também são identificados como Cafuzos aquelas pessoas que se tornaram membros da comunidade através de casamento.(7)

Até aproximadamente 1974, as famílias Cafuzas viviam todas (hoje existem 47 delas) na região do Rio Platê, de onde muitas delas saíram em virtude da pressão demográfica causada pela construção da Barragem, como se verá adiante. Hoje, somando quase 300 pessoas, os Cafuzos estão dispersos por várias localidades da Área Indígena e arredores, mas seu ponto de referência ainda é o "Cafuzeiro", localizado na região do Platê, onde continuam vivendo as lideranças do grupo e um total de 23 famílias, ou 134 pessoas.

A presença dos Cafuzos dentro da Área Indígena de Ibirama é no mínimo insólita e só a total inépcia da FUNAI pode justificar a sua permanência ali há quase 50 anos, já decorridos mais de 20 desde a criação do órgão. Sua entrada na Área Indígena data de 1947 e é explicada por alguns fatos que marcaram a história da região num momento em que se consolidava a ocupação do Vale do Itajaí do Norte.

Os Cafuzos ocupavam, desde aproximadamente 1920(8), terras devolutas na região da Serra do Mirador, localidade de Faxinal, na divisa de Ibirama com Itaiópolis, Rio do Campo e Salete. Retirantes da Guerra do Contestado, os Cafuzos haviam descido a Serra Geral e ocupado área ainda não penetrada no sertão, desbravando a floresta e adaptando-se às novas condições ambientais.

Segundo um informante idoso, o grupo permaneceu ali trabalhando e "fazendo posse até que os homens da Companhia vieram dizer que a terra tinha dono". A Sociedade Colonizadora Hanseática havia loteado todo o sertão e vendido os lotes para colonos de origem italiana e alemã e, agora, precisava desocupar as terras para a efetiva entrega aos compradores.

De outro lado, Eduardo de Lima e Silva Hoerhan havia pacificado os Xokleng em 1914 e estes permaneciam aldeados em área própria criada pelo governo catarinense em 1926.(9) Consoante com a política do SPI, Eduardo Hoerhan pretendia que os indígenas se adaptassem à agricultura afim de prover o Posto de recursos alimentares. Como afirma Paulo Serpa, "o SPI explorou a mão-de-obra indígena, as tribos sustentavam a administração do governo. Rondon criou colônias onde os índios produziam. Os Bororo, por exemplo, tinham grandes roças, produziam açúcar, rapadura...".(10) Os Xokleng, no entanto, apesar de décadas de convivência com Hoerhan, não dominavam os conhecimentos mais rudimentares da agricultura - ou recusavam-se a realizar o trabalho pesado, o que impedia Eduardo de viabilizar a auto-suficiência alimentar do Posto Indígena.

Dessa necessidade de prover o Posto de trabalhadores que conhecessem os rudimentos da agricultura e, ao mesmo tempo, se submetessem às condições de trabalho exigidas pelo projeto de Hoerhan(11), da necessidade que tinha a Sociedade Colonizadora Hanseática em remover os Cafuzos do sertão por ela loteado e vendido a colonos e da confabulação das duas partes interessadas com as autoridades locais(12), surgiu um forte aparato de violência. Essa violência culminou com a expulsão dos Cafuzos da Serra

do Mirador e seu assentamento no interior das terras Indígenas.(13)

A convivência entre Cafuzos e índios foi inicialmente pacífica, uma vez que Hoerhan havia promovido um acordo com lideranças Xokleng pelo qual os Cafuzos poderiam "viver e trabalhar no Platê para sempre".(14)

Mesmo com o afastamento de Hoerhan em 1954, a convivência entre os dois grupos continuou de forma pacífica, embora os seus sucessores exercessem sobre os Cafuzos a mesma relação de exploração que Hoerhan havia mantido desde a entrada do grupo na área. A convivência pacífica se explica pela diferenciação da cultura dos dois grupos e pela ocupação de espaços distintos, topograficamente isolados. Enquanto os Cafuzos ocupavam as terras localizadas às margens do Rio Platê, os Xokleng ocupavam a desembocadura do mesmo rio e a margem direita do Rio Hercílio ou Itajaí do Norte.(15)

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), responsável pela pacificação dos Xokleng e executor da política indigenista oficial, foi extinto em 1967 por não atender nem mesmo aos interesses do governo.(16) Para executar a política indigenista oficial foi criada, no mesmo ano, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI. O relacionamento das autoridades locais (Chefe de Posto e assessores) com os Cafuzos permaneceu o mesmo de antes, continuando a ocorrer a exploração que já se verificava. A relação dos Cafuzos com os Xokleng também permaneceu inalterada por mais alguns anos, já que as condições geográficas da área permaneciam as mesmas.

A desgraça que se abateu sobre a comunidade indígena, a partir da década de 1970, não foi mais amena nem mais compla -

cente com a comunidade dos Cafuzos.

Para o ingresso dos Cafuzos na área indígena, em 1947, Hoerhan promoveu um acordo verbal com as lideranças indígenas segundo o qual os Cafuzos poderiam viver e trabalhar no Platê para sempre. O Vale do rio Platê, excluindo as terras baixas na confluência do Platê com o rio Hercílio - terras ocupadas pela sede do Posto na época - compunha uma gleba com extensão superior a mil hectares de terras aproveitáveis. E a despeito da relação estabelecida entre Hoerhan e os Cafuzos, estes efetivamente dispunham de toda aquela extensão de terra até por volta de 1974.

A redução que sofreu esta área ocupada pelos Cafuzos nos anos em que se desenvolveu a construção da barragem dá bem a medida da tragédia cafuza.

Após a desapropriação de mais de 800 hectares de terras indígenas, que seriam inundadas periodicamente quando da conclusão da barragem, o DNOS promoveu a construção da "estrada de contorno" que efetivamente passou a demarcar os limites do lago.

Na margem direita do Hercílio, a "estrada de contorno" significou apenas o deslocamento do curso da estrada Ibirama/Barra da Prata da margem do rio para o alto da encosta, nos limites do lago. Já na margem esquerda uma estrada completamente nova foi aberta. Partindo da própria barragem, em Barra Dollman, a "estrada de contorno" segue pela margem esquerda do Hercílio até a altura da foz do Platê. Dali prossegue pela margem esquerda atravessando o "Cafuzeiro", até atingir os limites do lago no Platê. Uma ponte, recentemente construída pelo DNOS, permite a passagem da estrada para a margem direita de onde ela prossegue em sentido contrário, descendo o Platê pela fronteira do lago e voltando a subir pela margem esquerda do Hercílio.

Acervo ISA

Ficou assim demarcado o limite do lago e as terras de onde todos os moradores deveriam ser removidos, o que reduziu a área do "Cafuzeiro" a menos de dois terços.

Além disso, na área desapropriada da Foz do Platê e da margem direita do Hercílio vivia a maioria das famílias Xokleng. Também nessa área estavam localizadas a escola e a própria sede da FUNAI.

Já no início da década de 1980 e com a conclusão das primeiras etapas da barragem, todo esse contingente teve de ser reassentado. Grande número de famílias Xokleng reconstruíram suas casas ao longo da estrada de contorno, na margem esquerda do Hercílio e nas margens do Platê. Ali foram construídas também a sede da FUNAI, a escola, a enfermaria, a igreja Assembléia de Deus e a Igreja Católica. Além das famílias removidas, outras estavam retornando, depois de viver muito tempo fora da área, em busca de participação na "corrida da madeira". Muitas delas reclamaram espaço na área anteriormente ocupada pelos Cafuzos. Desta forma, o "Cafuzeiro", inicialmente com mais de mil hectares, ficou, em 1989, reduzido a menos de trinta hectares. Nos últimos anos até a integridade deste pequeno espaço foi comprometida quando duas famílias construíram ali, entre as choupanas Cafuzas, suas próprias casas. A falta de espaço e a violência que se estabeleceu no local, em virtude do assentamento das famílias Xokleng, levou um grande número de famílias Cafuzas a migrarem para outras localidades da área indígena ou proximidades, inclusive terras já desapropriadas pela barragem fora da área indígena.

Observação importante deve ser feita com relação à forma como se deu a remoção dos Cafuzos. Ao se forçar o seu desloca

mento os Cafuzos não foram reassentados, mas foram, para usar uma expressão corrente entre eles próprios, simplesmente "atropelados" para dar lugar às outras ocupações.

Conhecido o drama dos Xokleng em relação ao processo da barragem, uma comparação entre as condições de "manejo da crise" presentes neste grupo e as mesmas condições ao alcance dos Cafuzos pode servir de parâmetro para demonstrar o grau de marginalidade destes últimos.

Se o deslocamento dos indígenas aconteceu num clima de insegurança, desinformação e "stress psico-social"(17), o deslocamento dos Cafuzos teve, além destes elementos, uma dose de violência indescritível, partindo no mais das vezes dos próprios indígenas.

Sabemos que os Xokleng tiveram dificuldade em receber, da parte do DNOS, as casas a que tinham direito. Algumas famílias até hoje não receberam(18), esperando pela promessa de receber, como casa, um dos barracos do canteiro de obras da barragem.

Os Cafuzos, por seu turno, jamais tiveram qualquer possibilidade sequer de reivindicar tal coisa. Ignorados pelo DNOS, considerados párias no contexto da Área Indígena e sem contar com o amparo da FUNAI, eles executaram a mudança às próprias custas ou, em casos excepcionais, contando com a caridade de regionais.(19)

As terras desapropriadas na área foram posteriormente indenizadas e o dinheiro distribuído entre as famílias indígenas. Os Cafuzos não eram os proprietários da terra que ocupavam e por isso não tiveram direito à indenização. Uma contradição

neste sentido é o fato dos índios Guarani, que também não são proprietários e residem a menos tempo na Área que os Cafuzos, terem recebido parte do dinheiro das indenizações, o que vem corroborar as afirmações feitas acima sobre o grau de marginalidade dos Cafuzos em relação aos demais habitantes da Área.

Da mesma forma que as terras, as chácaras e roças indígenas foram indenizadas, ao passo que as mesmas benfeitorias Cafuzas jamais foram pagas.

A ponte que permitia aos Cafuzos cruzarem o rio Hercílio e servirem-se do transporte coletivo existente na margem direita, foi derrubada por uma enchente provocada pela barragem e até hoje não reconstruída, fato que obriga os Cafuzos a fazerem verdadeira peregrinação para chegarem ao comércio local. Dificuldade idêntica é enfrentada pelos Xokleng, com a seguinte diferença: com a exploração da madeira e indenizações recebidas a maior parte das famílias Xokleng chegou a possuir automóveis - embora hoje quase todos já tenham se desfeito dos mesmos. Mesmo assim, os Xokleng podem utilizar, sem ônus, o Mercedinho (Mercedes Bens 608) do Posto para seu deslocamento, ao mesmo tempo em que os Cafuzos são obrigados, quase sempre, a pagar passagens para viajar em cima do caminhão.

O último elemento a apontar a Barragem Norte como causa determinante da tragédia Cafuza é a mudança fundamental que esta provocou nas relações interétnicas entre índios e Cafuzos. O que antes era uma relação "de irmãos", tornou-se também uma relação de exploração, reproduzindo o esquema antes praticado por agentes do SPI e posteriormente agentes da FUNAI.

Se no plano regional os Xokleng sempre foram vítimas

de violência cruel, no plano local eles passaram a reproduzir sobre os Cafuzos a mesma violência. Silvio Coelho dos Santos[20] mostra como indígenas exploraram Cafuzos na condição de mão-de-obra barata na extração de sassafrás e palmito. Mais recentemente esta exploração ampliou-se tendo por alvo a extração da madeira, plantação de roças, serviços domésticos, construção de cercas, e mesmo no trabalho compulsório (gratuito e obrigatório) como a preparação de festas (cortar espetos para assar churrascos, construir churrasqueira), limpeza de áreas públicas (sede do Posto, escola, enfermaria) e abertura de covas para funerais, entre outros. É necessário registrar que em tudo isso os indígenas apenas reproduzem os exemplos dados ao longo dos anos pelos agentes dos seus próprios tutores - o SPI e posteriormente a FUNAI.

Os Cafuzos, diante de tudo isso, procuraram sobreviver e lograram fazê-lo enquanto grupo - apesar de mais da metade de seus membros estarem dispersos.

Na avaliação do processo de desintegração, provocado pela construção da barragem, pode-se perceber a atuação de cada órgão oficial caracterizada por incompetência, falta de sensibilidade e negligência criminosa. O papel desempenhado pela FUNAI e DNOS (além do IBDF e outros) inutiliza qualquer possibilidade de se esperar do Estado uma atitude competente e respeitosa em relação às minorias étnicas deste país. Mesmo assim os Cafuzos solicitaram, em 1985, a sua inclusão no Plano Nacional de Reforma Agrária e um processo foi aberto visando à criação de uma reserva (propriedade condominial) para o grupo. Em 1986 o assentamento do grupo chegou a ter data marcada, mas os interesses de madeireiros de Ibirama, aliados à apatia da FUNAI, levaram ao

abandono do projeto.

O processo de assentamento dos Cafuzos, em área própria, foi retomado em 1990 quando a liderança do grupo entregou ao INCRA/SC novo pedido para a criação de uma reserva.(21) O pedido recebeu um parecer favorável: "Quanto ao mérito, os argumentos fundados em raízes históricas, políticas e sócio-culturais apresentados pela Universidade Federal de Santa Catarina tornam patente e inquestionável o direito do grupo Cafuzo a uma reserva especial que lhe assegure sobrevivência de sua identidade étnica e de sua condição sócio-econômica".(22) No entanto, sua viabilização depende de recursos atualmente inexistentes no INCRA.

Respondendo a requerimento deste pesquisador, a FUNAI declarou, em processo enviado ao INCRA, em abril/90, que os Cafuzos não são índios e por isso não são responsabilidade sua!

Acervo ISA

NOTAS

(1) Ver: Opressão e Depredação, de Sálvio Alexandre Muller. Ed. da FURB/Nova Safra, 1987.

(2) Opressão e Depredação, p. 84, por exemplo.

(3) Este último aspecto me parece ser rotina nas grandes obras de engenharia. Particularmente convivi com um grupo de pessoas expostas a um projeto desse tipo no município de Praia Grande (SC), onde um dos moradores, submetido à falta de informação a respeito do que poderia acontecer com suas terras, cometeu suicídio (1984). No que me diz respeito, até hoje as obras da barragem naquela região não foram sequer iniciadas.

(4) Expressão utilizada pelo senso comum para designar população mestiça na área rural.

(5) Lígia Simonian, atuando na Coordenadoria de Terras Indígenas do extinto MIRAD, produziu várias informações Técnicas sobre os Cafuzos visando instruir o processo de criação de uma reserva para o grupo.
Silvio Coelho dos Santos, no seu Índios e Brancos no Sul do Brasil (Porto Alegre, Movimento, 1987), refere-se ao grupo na qualidade de caboclos.
Dennis Werner (e outros) em As Enchentes do Vale do Itajaí, as Barragens e suas Consequências Sociais (Florianópolis, Cadernos de Ciências Sociais, V. 7, nº 1, 1987) e Muller, citado acima, mencionam o grupo apenas de passagem.

(6) "Barth toma por referência uma definição consensual, conforme pode ser deduzida da literatura antropológica. Segundo essa definição um grupo étnico designa uma população que: a) 'se perpetua principalmente por meios biológicos; b) compartilha de valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais num todo explícito; c) compõe um campo de comunicação e interação; d) tem um grupo de membros que

Acervo ISA

se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem'" (Roberto Cardoso de Oliveira, Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Pioneira, 1976, p. 02).

(7) As expressões Grupo e Comunidade referem-se igualmente ao conjunto dos Cafuzos. O local de concentração dos Cafuzos em torno de sua liderança será chamado de Cafuzeiro, expressão empregada pelo grupo, que é sinônimo de Aldeia Cafuza.

(8) É possível fazer tal afirmação tomando-se por base o acontecimento histórico que motivou a entrada do grupo no sertão - o fim da Guerra do Contestado em 1916 - e os depoimentos de Cafuzos idosos a respeito do processo de migração.

(9) Ver trabalho de Sílvio Coelho dos Santos neste dossiê.

(10) Jornal Porantim, nº 124, dez/jan/90, p. 05.

(11) As condições de trabalho a que os Cafuzos foram submetidos, conforme depoimentos não apenas de informantes Cafuzos, em nada diferem do trabalho escravo nas grandes plantações do século passado.

(12) Hoerhan era tido como autoridade importante na área, como afirma Silvio Coelho dos Santos (1987). Na visão dos Cafuzos, segundo palavras de um Cafuzo idoso, "o seu Eduardo era Ministro de Guerra, coroné, o bicho era tudo na vida".

(13) Essa conclusão tem como base depoimentos de Cafuzos e um documento, datado de 1946, encontrado em poder de uma mulher Cafuza das mais idosas. Ao mesmo tempo em que a "Companhia" colocava pistoleiros na área para, através de todo tipo de violência, forçar a saída dos Cafuzos das terras, Hoerhan procurava aliciá-los oferecendo oportunidade de se estabelecerem nas terras indígenas. Silvio Coelho dos Santos (1987: 290-91) mostra um dos estratagemas utilizados por Hoerhan afim de ludibriar o líder do grupo.

Acervo ISA

(14) Ainda hoje velhos indígenas lembram do acordo e lamentam os desdobramentos da situação no local.

(15) A partir daqui referido apenas por rio Hercílio.

(16) Entre as causas da extinção do SPI a mais forte foi a corrupção generalizada que tomou conta do órgão. Uma análise detalhada do assunto foi feita por Shelton Davis em Víti - mas do Milagre - o Desenvolvimento e os Índios no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

(17) Ver trabalho de Werner neste dossiê.

(18) Ver trabalho de Namem neste dossiê:

(19) Mesmo não contando com o status de Índios, os Cafuzos são cidadãos brasileiros e deveriam também ser reassentados - o que não foi feito pelo DNOS.

(20) Índios e Brancos ...

(21) Processo INCRA/SC/0167/90.

(22) Informação INCRA/SC/ASSESSOR/Nº 003/90.